
Ageism in brazilian universities

Etarismo nas universidades brasileiras

Received: 2023-09-03 | Accepted: 2023-10-05 | Published: 2023-10-11

José Augusto Cutrim Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3074-1152>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: jose.acg@discente.ufma.br

Thelma Helena Costa Chahini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9872-2228>

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

E-mail: thelmachahini@hotmail.com

ABSTRACT

A pessoa idosa em nosso país tem sido vítima das mais variadas formas de violência, entre as quais, o etarismo, que consiste na prática discriminatória ou preconceituosa baseada na idade. Nesse contexto, o presente artigo aborda o problema do etarismo existente nas universidades, de forma a apontar os desafios e possíveis mecanismos para seu enfrentamento. Assim, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, em livros, periódicos, revistas científicas, bancos de teses e dissertações universitárias, jornais e, na internet. Sendo assim, apresenta-se um breve histórico sobre a origem e conceito do termo etarismo; Destaca-se a necessidade de compreensão da diversidade da população idosa e da complexidade das representações sociais sobre a velhice para a construção de ações e políticas públicas; discute-se a problemática do etarismo e os desafios para seu enfrentamento nas instituições de Educação Superior. Por fim, ressalta-se a importância da implementação de políticas públicas de incentivo a uma cultura de inclusão de estudantes idosos nos cursos de graduação e pós-graduação.

Keywords: Higher education; Ageism; Elderly; Public policies.

RESUMO

Elderly people in our country have been victims of the most varied forms of violence, including ageism, which consists of discriminatory or prejudiced practices based on age. In this context, this article addresses the problem of ageism in universities, in order to point out the challenges and possible mechanisms for tackling it. A qualitative bibliographical study was carried out in books, periodicals, scientific journals, university thesis and dissertation databases, newspapers and on the internet. A brief history of the origin and concept of the term ageism is presented; the need to understand the diversity of the elderly population and the complexity of social representations of old age in order to build public actions and policies is highlighted; the problem of ageism and the challenges of tackling it in higher education institutions are discussed. Finally, the importance of implementing public policies to encourage a culture of inclusion of elderly students in undergraduate and postgraduate courses is highlighted.

Palavras-chave: Educação superior; Etarismo; Pessoa idosa; Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da população idosa vivenciado em muitos países ao redor do mundo tem chamado atenção para um problema social ainda latente e pouco discutido, mas que é inerente a todas as estruturas da sociedade e se intensifica na vida das pessoas à medida que envelhecem: o etarismo, também conhecido como ageismo ou idadismo. A discriminação por idade foi considerada um desafio global, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (2021).

A imagem da velhice e do envelhecimento caracterizada por estereótipos negativos relacionados ao declínio cognitivo e físico, à fragilidade e à finitude, entre outros, estruturam representações sociais construídas ao longo da história da sociedade ocidental que implicam até hoje desfavoravelmente na vida social e profissional da pessoa idosa, a ponto de muitos idosos sofrerem discriminação e preconceito em razão da idade, inclusive no ambiente acadêmico, levando-os a deixar sonhos pelo caminho, como o de cursar a Educação Superior.

Recentemente, no Brasil, após repercussão de caso de etarismo no ambiente acadêmico, algumas universidades ouviram estudantes e apuraram a ocorrência de casos semelhantes tendo como vítimas inclusive alunos idosos. Segundo Jornal do Campus da Universidade de São Paulo (USP), estudantes com idades entre 40 a 71 anos relataram ter sofrido discriminação ou preconceito em razão da idade, desde a exclusão de círculos sociais a posturas hostis dos alunos mais jovens e tratamento diferenciado por parte de alguns professores (Cerqueira; Real, 2023).

Conforme se discorre neste artigo, hoje somos 31,2 milhões de idosos no Brasil, e desse total 27 mil estão cursando a Educação Superior (Cerqueira; Real, 2023). Com essa nova configuração demográfica, o debate sobre o etarismo dentro das universidades mostra-se relevante por trazer elementos que podem contribuir para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo para a pessoa idosa.

Partindo dessa premissa, o presente estudo tem como objetivo central abordar o problema do etarismo existente nas universidades, de modo a apontar os desafios e possíveis mecanismos de enfrentamento, tendo como questão norteadora responder a seguinte pergunta: quais as medidas necessitam ser implementadas no âmbito das instituições de Educação Superior para se combater práticas etaristas no ambiente acadêmico?

Este estudo tem por metodologia uma abordagem qualitativa mediante pesquisa bibliográfica, coletada por meio de livros, periódicos, artigos científicos, revistas científicas, bancos de teses e dissertações universitárias, jornais, revistas e na internet, com enfoque nas representações sociais sobre a velhice, no sentido de apontar alguns caminhos para solução dessa questão, sob uma perspectiva antropológica e multidisciplinar.

Dessa forma, este texto foi dividido em subitens: origem e conceito de etarismo, ageísmo ou idadismo; o envelhecimento populacional e o aumento de estudantes idosos nas instituições de Educação Superior; a diversidade da população idosa e a complexidade das representações sociais sobre a velhice; os desafios e medidas para o enfrentamento do etarismo nas universidades.

ORIGEM E CONCEITO DE ETARISMO, AGEISMO OU IDADISMO

O etarismo também chamado de ageísmo ou idadismo refere-se à discriminação ou preconceito geralmente direcionado às pessoas mais velhas, tendo como fator a idade. Couto e Marques (2016), ao conceituarem idadismo, enfatizam que o termo inclui preconceito (avaliações negativas), aplicação de estereótipos (crenças) e comportamentos de discriminação (exclusão) que tem como alvo as pessoas idosas.

Segundo Dórea (2020), o médico e gerontologista norte americano, Robert Neil Butler, foi quem primeiro usou o termo ageísmo para designar a discriminação e o preconceito em razão da idade. No ano de 1969, num protesto de um grupo de moradores do bairro de Chevy Chase, Washington (EUA), contra a transformação de um complexo de apartamentos em moradias populares a idosos de baixa-renda, o Sr. Butler observou que os integrantes do grupo se utilizavam de argumentos semelhantes àqueles utilizados pelo racismo e sexismo, o que veio a chamar de *ageism* (em inglês), derivado da palavra *age* que traduzida para o português significa idade, período e era.

A Organização Mundial da Saúde define o idadismo como estereótipo, preconceito e discriminação dirigida contra outros ou contra si mesmo com base na idade, que afeta tanto os mais jovens quanto os mais idosos, classificando-o como um fenômeno social multifacetado, ao explicar que:

O idadismo surge quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneiras que levam a perdas, desvantagens e injustiças, causando desgaste no relacionamento entre as gerações.

O idadismo toma muitas formas ao longo da vida. Imagine ser sistematicamente ignorado pelos colegas e chefes no local de trabalho, ser tratado com condescendência pela família em casa, ter negado um empréstimo no banco, ser insultado ou evitado nas ruas, ser acusado de fazer bruxaria, ter acesso negado à sua propriedade, terra ou a tratamento médico, tudo simplesmente em função da sua idade. Todos esses são exemplos de como o idadismo permeia nossas vidas, afetando desde os mais jovens aos mais idosos. (Organização Mundial da Saúde, 2022, p. 3).

Embora seja o envelhecimento um processo pelo qual a maioria das pessoas irão passar, o etarismo, comparado ao sexismo e ao racismo, é pouco discutido socialmente e recebe menos atenção e interesse do poder público e dos pesquisadores (Couto; Marques, 2016).

Em um projeto intitulado ‘Quem Nunca? Reflexões sobre o preconceito em razão da idade’, produzido pela Central Judicial do Idoso (CJI), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, foi ressaltado o fato de que o etarismo demanda uma imediata conscientização da sociedade quanto à sua existência e seus efeitos prejudiciais à qualidade de vida da pessoa idosa, sobretudo por ainda ser socialmente aceito e estar incorporado nas estruturas e práticas das instituições (Distrito Federal e dos Territórios, 2022).

Lamentavelmente, a associação que ainda se faz da pessoa idosa como improdutivo, frágil e incapaz, leva a se pensar o envelhecimento da população como um fardo para a sociedade. Como consequência disso, o que deveria ser tratado como uma conquista, é visto como um problema social, perpetuando estereótipos que resultam em discriminação ou preconceito com base na idade.

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E O AUMENTO DE ESTUDANTES IDOSOS NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

No Brasil, o levantamento feito pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021, aponta, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), 14,7% da população brasileira são de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, em número absoluto são 31,2 milhões de indivíduos. Esse número representa um aumento de 39,8%, em apenas nove anos, em comparação com a pesquisa de 2012 (Rodrigues, 2022).

Estudo recente da economista e pesquisadora Camarano (2022), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que, mesmo com o impacto dos óbitos pela Covid no crescimento futuro da população, o contingente de sexagenários no Brasil, no ano de 2040, deverá alcançar um total de 50,9 milhões, o que significará 25,7% da população total.

Com o envelhecimento populacional cada vez mais acelerado, a presença de estudantes mais velhos nas instituições de Educação Superior é algo que se tornou mais comum nos últimos anos, tanto nas universidades públicas quanto nas instituições privadas.

De acordo com o Censo de Educação Superior de 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 27 mil idosos encontravam-se regularmente matriculados em curso superior no Brasil, o que representa um aumento de 48% em relação ao censo de 2015 (Alfano, 2021).

Ainda que essa quantidade de estudantes idosos possa representar uma parcela relativamente pequena do corpo discente em comparação com os estudantes mais jovens, o aumento de idosos nas universidades brasileiras nas últimas décadas reflete, dentre outros fatores, tanto a busca por educação e conhecimento ao longo da vida, como o próprio processo de envelhecimento populacional do país e o aumento da expectativa de vida.

O Relatório Mundial sobre Idadismo produzido pela Organização Mundial da Saúde (2022), cita, por exemplo, que nos Estados Unidos, cerca de 300 mil adultos de 55 anos de idade ou mais foram matriculados em instituições de Educação Superior.

Outro dado importante e que pode estar relacionado ao envelhecimento populacional é o aumento do número de pessoas na faixa-etária de 40 anos matriculados em universidades brasileiras, um total de 599.977, segundo o Censo da Educação Superior de 2021, quase o triplo do registrado há dez anos, de 221.337. Esses dados foram extraídos de matéria publicada no Jornal do Commercio, intitulada ‘Etarismo: número de estudantes com 40 anos ou mais em universidades quase triplicou no Brasil’, que destaca, dentre outras causas: “[...] especialistas apontam, principalmente, a expansão dos cursos de ensino a distância (EAD) e a crise econômica, que obrigou muitos a tentarem recalcularem a rota no mercado de trabalho [...]” (Moraes, 2023, p. 1).

O fato é que a crescente longevidade dos indivíduos e o aumento de estudantes mais velhos nas universidades apontados nas referidas pesquisas mostram que o debate sobre o etarismo dentro das instituições de Educação Superior torna-se cada vez mais necessário e importante para a sociedade.

A DIVERSIDADE DA POPULAÇÃO IDOSA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A VELHICE

A sociedade, o poder público e as instituições públicas e privadas de Educação Superior, estas últimas como formadoras da geração que envelhece, devem unir esforços para buscar estratégias para enfrentar o etarismo nas universidades, o que pode ser pensado a partir da compreensão da heterogeneidade da população idosa e da complexidade das representações sociais sobre a velhice.

Segundo Beauvoir (1990, p. 20), “[...] a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural [...]”, resultado da pluralidade de experiências e realidades de cada indivíduo, o que deveria ser celebrado por representar uma conquista que poucos conseguem alcançar.

A velhice deve ser entendida, ainda, segundo Freitas, Queiroz e Sousa (2010), como uma etapa do curso da vida decorrente do avançar da idade, na qual ocorrem modificações de ordem biopsicossocial que afetam as relações do indivíduo com o meio social ao qual está inserido.

Em seus estudos na área de demografia e envelhecimento populacional, Camarano (2004) explica que as políticas voltadas para o segmento idoso devem levar em conta a heterogeneidade da população idosa, de forma a responder tanto às demandas dos indivíduos que buscam o envelhecimento ativo como às necessidades daqueles em situação de vulnerabilidade decorrente da idade avançada, partindo-se da hipótese que esse grupo é composto por indivíduos que experimentaram trajetórias de vida diferenciadas, fortemente marcadas pelas desigualdades sociais, regionais ou raciais em curso no país. Nesse sentido, explica:

Essa heterogeneidade é decorrente, de um lado, das diferenciações na dinâmica demográfica e, de outro, das variadas condições socioeconômicas às quais o idoso de hoje foi exposto na sua trajetória de vida, bem como das suas características básicas (de nascimento) (Camarano, 2004, p. 6).

Para Zanutto e Ribeiro (2022), é preciso repensar e considerar a velhice como uma categoria social culturalmente construída, explicando que os mitos ou crenças sobre o envelhecimento são apreendidos desde a infância, transmitidos e perpetuados durante o processo de socialização, sendo, a maioria das vezes, transferidos para outras gerações.

Sob essa ótica, questões como a do enfrentamento do etarismo podem ser buscadas soluções à luz da teoria das representações sociais, a qual, conforme Moscovici (2007), toma como ponto de partida a diversidade dos indivíduos, das atitudes e dos fenômenos, toda sua estranheza e imprevisibilidade, de forma a descobrir de que maneira os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade.

É relevante entender que as atitudes e opiniões que se tem em relação a determinado grupo são estruturadas por representações sociais. Para Moscovici (2007), situações semelhantes ao racismo, como é o caso do etarismo, sempre foram uma questão de crença das massas, não de preconceito ou estereótipos.

Guerra e Caldas (2010) conceituam representação social como o conjunto de processos psíquicos e cognitivos individuais que integram determinado conhecimento, que pode ser compartilhado dentro de uma realidade social para descrever imagens, pensamentos, opiniões e expectativas comuns entre as pessoas desse conjunto.

Ao discorrer sobre as representações sociais acerca da velhice, Oliveira (2018) esclarece que foi nas sociedades ocidentais que surgiu a associação da velhice a imagens negativas, relacionadas à dependência, fragilidade, solidão, perdas, obsolescência e abandono. Na década de 1970, na Europa, e, inclusive, no Brasil, deu-se início a um movimento de revisão de estereótipos e da promoção de representações mais positivas, surgindo as primeiras iniciativas voltadas ao envelhecimento ativo, como a criação da primeira universidade da terceira idade, na França, assim como de grupos de convivência e programas de incentivo à atividade física, passando a velhice a representar uma fase na qual o idoso é o protagonista de suas conquistas, de sua satisfação pessoal e do seu sustento.

Apesar dos movimentos contemporâneos tendentes à cessação das representações negativas sobre a velhice, isto na prática não significou uma mudança real no cotidiano e na vida dos idosos, sobretudo quando ainda são altos os índices de violações de direitos registrados no Brasil e no mundo. As representações da velhice são complexas, tanto que o mesmo movimento de promoção do envelhecimento ativo, considerado positivo por incentivar os cuidados com a saúde e a socialização, abre espaço para a discriminação e o preconceito em relação à parcela da população idosa que não atende às expectativas geradas, bem como para a supressão de direitos anteriormente adquiridos (Oliveira, 2018).

Para Camarano (2004), não obstante algumas das políticas públicas voltadas para o segmento idoso tenham contribuído para a redução das desigualdades que marcaram a vida desses indivíduos, outras, ao contrário, reforçam a visão das pessoas idosas como indivíduos frágeis e dependentes, de forma a intensificar mitos, estereótipos e preconceitos em relação à população idosa.

No âmbito das universidades, pode-se afirmar que as representações sociais contemporâneas sobre a velhice, refletem, de um lado a valorização do envelhecimento ativo, e, de outro, os estereótipos relacionados à idade, as suposições sobre habilidades e o desinteresse das instituições em promover a diversidade etária.

Longe de aqui tecer as várias facetas e consequências do etarismo nas instituições de Educação Superior, em especial na vida da pessoa idosa, é relevante reconhecer a importância da compreensão desses conceitos para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as idades.

DESAFIOS E MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DO ETARISMO NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES

Numa sociedade em que o valor do indivíduo é cada vez mais medido por sua capacidade produtiva, o preconceito e a discriminação em razão da idade é algo percebido pelo indivíduo ao longo do seu processo de envelhecimento, ainda que implicitamente, em vários setores da vida

social e econômica. No ambiente acadêmico, isso não é diferente, pois as universidades ainda são vistas como um espaço apenas para jovens.

O fator etário que tanto pode ser entendido como um incentivo para facilitar o acesso às instituições de Educação Superior, por meio de determinados programas, também pode gerar barreiras para as pessoas não tão jovens que desejam alcançar níveis mais elevados de ensino ou mesmo retomar um antigo sonho de cursar uma graduação ou pós-graduação, à medida que ainda existem estereótipos ligados à crença de fragilidade, de falta de produtividade e de que as pessoas mais velhas têm dificuldades em lidar com tecnologia.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2022), no já citado Relatório Mundial, o etarismo na Educação Superior pode se dar de diversas formas, o que se deve à estrutura histórica de segregação em razão da idade observada em alguns países:

O idadismo pode se manifestar nas atitudes dirigidas contra as pessoas idosas por parte dos funcionários e alunos, e por meio de atitudes negativas das próprias pessoas idosas sobre a volta aos estudos. Barreiras estruturais de idadismo, como a falta de custeio e de serviços de apoio (por exemplo, ajuda com tecnologia), também impedem, muitas vezes, que as pessoas idosas estudem [...] (Organização Mundial da Saúde, 2022, p. 34).

No Brasil, o ingresso de pessoas idosas nas universidades brasileiras ocorre de várias formas, como por exemplo, por processos seletivos abertos ao público em geral para acesso a cursos superiores, à distância ou presencial, assim como por meio de programas de educação continuada, como as Universidades Abertas da Terceira Idade (UNATIs), destinadas exclusivamente às pessoas idosas.

Nesse sentido, o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), com redação dada pela Lei n.º 13.535/2017, em seu art. 25, estabelece que as instituições de Educação Superior deverão ofertar às pessoas idosas cursos e programas de extensão, presenciais ou à distância, constituídos por atividades formais e não formais, cabendo ao poder público o apoio à criação de universidades abertas para a terceira idade (Brasil, 2003).

A inclusão do idoso ou da pessoa com 50 anos ou mais no, mundo acadêmico, por meio das universidades abertas da terceira idade, é uma das realizações sociais das universidades públicas. Nesses espaços, onde são incentivadas a autonomia e a convivência com pessoas da mesma faixa-etária e de outras idades, podem ocorrer mudanças de atitudes, assim como quebra de preconceitos em relação à velhice (Gonçalves; Barsano; Barbosa, 2014).

Ocorre que pouco se verifica iniciativas para a integração de pessoas nessa faixa-etária em cursos regulares de graduação ou de pós-graduação, sobretudo para combater e superar o etarismo no ambiente acadêmico.

Nesse ponto, o grande desafio é fazer com que as instituições de Educação Superior estejam preparadas para acompanhar o processo de envelhecimento populacional que traz consigo mudanças significativas no perfil etário do seu próprio corpo discente e das representações sociais sobre a velhice.

Acredita-se que a compreensão sobre a diversidade do segmento idoso, suas experiências e realidades, assim como o entendimento sobre as representações sociais contemporâneas sobre a velhice, seja essencial para o desenvolvimento de medidas de âmbito institucional e político para tornar as universidades um espaço para todas as idades.

Para Oliveira (2013), apesar de lentamente, o perfil do idoso brasileiro se modifica sob um novo olhar sobre a velhice, surgindo outra representação social (um idoso mais ativo, participativo, conhecedor de seus direitos, integrado socialmente), que busca uma mudança cultural que abrange uma grande complexidade por múltiplos fatores que envolvem.

Paula Couto e Marques (2016) defende que uma mudança social só será possível se houver uma modificação profunda no modo de pensar o envelhecimento e as pessoas mais velhas, o que faz necessário a atuação em várias esferas da nossa sociedade, citando como exemplo, ações anti-idadismo com as crianças nas escolas, de treino dos profissionais nos serviços de apoio e de saúde e de práticas adequadas de gestão da idade nas empresas.

Não é demais lembrar que os idosos representarão uma parcela cada vez mais significativa da população brasileira, o que exige pensar, sob o ponto de vista não apenas acadêmico, mas antropológico, em uma transformação cultural em prol de uma universidade mais inclusiva em relação à idade, sobretudo uma atenção especial ao combate à discriminação etária nesses espaços e a mudança da mentalidade da população e das decisões políticas sobre o envelhecimento.

Ao apontar que metade da população mundial tem atitudes preconceituosas em relação à idade, o Relatório Mundial sobre Idadismo, produzido pela Organização Mundial da Saúde (2022), traz três estratégias essenciais para reduzir o etarismo no mundo, por meio de mudanças nas políticas e nas leis, bem como intervenções de contato intergeracional e que utilizam atividades educacionais, citando como exemplos desta última: oficinas e conversas, no Irã; documentários sobre histórias de vida, nos Estados Unidos; intervenção nas bases curriculares, na Austrália; realidade virtual, no Reino Unido; assim como campanhas de enfrentamento a tais práticas.

Dentre as recomendações constantes no citado relatório, cita-se: investir em estratégias com base científica para prevenir e reagir ao idadismo; melhorar os dados coletados e as pesquisas realizadas para adquirir uma melhor compreensão sobre o idadismo e para identificar como reduzi-lo; e construir um movimento para mudar o discurso em torno da idade e do envelhecimento. Cumpre ressaltar que, dentro de cada recomendação, foram estabelecidas ações específicas dirigidas a vários setores, dentre os quais, aos governos, às organizações da sociedade civil, setor privado e instituições acadêmicas e de pesquisa, concluindo que:

[...] Todos podem e devem fazer algo para pôr fim ao idadismo. Se os governos, as instituições das Nações Unidas, as organizações de desenvolvimento, da sociedade civil, acadêmicas e de pesquisa implementarem essas estratégias que se mostraram eficazes, se investirem em

outras pesquisas e se os indivíduos e as comunidades enfrentarem cada caso de idadismo que encontrarem, juntos criaremos um mundo para todas as idades [...] (Organização Mundial da Saúde, 2022, p. 178).

Nessa linha, Zanutto e Ribeiro (2022) chamam a atenção das universidades brasileiras quanto à formação de profissionais a serem inseridos na sociedade, no sentido de buscar alternativas para problemas sociais emergentes, de forma a auxiliar na interação intergeracional, com a inclusão de disciplinas com temática do envelhecimento.

No Brasil, algumas instituições de Educação Superior, como a Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, já caminham para a implementação de políticas para cultivar uma cultura de respeito e inclusão de pessoas de todas as idades. Conforme recentemente noticiado no site oficial da instituição, foi aprovado pela Câmara de Direitos Humanos da UnB, por unanimidade, a Política do Envelhecer Saudável, Participativo e Cidadão, com a intenção de combater o etarismo, dentre outros, destacando, entre seus objetivos, a fomentação de linhas de pesquisas e estudos sobre o envelhecimento, bem como o fortalecimento da temática nos cursos e na oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação:

[...] Entre os objetivos da política está cultivar uma cultura de respeito e inclusão de pessoas de todas as idades por intermédio de projetos para a valorização de idosos, de seu conhecimento, memória e de sua contribuição para a Universidade; ampliar a participação de pessoas idosas como estudantes e como participantes de equipes de projetos de pesquisa e extensão; fomentar linhas de pesquisas e estudos na temática do envelhecimento e fortalecer a temática nos cursos e na oferta de disciplinas de graduação e pós-graduação. (Universidade de Brasília, 2023).

O desenvolvimento de boas práticas para a redução do etarismo no âmbito das instituições de Educação Superior deve estar focado na valorização da pessoa idosa e na mudança de crenças sociais e de atitudes relacionadas à idade, com a oferta de programas de acesso e de apoio acadêmico a estudantes idosos, a promoção de atividades intergeracionais, assim como o fomento da representatividade em organizações estudantis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente artigo, verificou-se que para a construção de políticas e ações de combate ao etarismo é primordial compreender a heterogeneidade da população idosa e a complexidade das representações sociais sobre a velhice, levando em consideração que o segmento idoso é composto por indivíduos com trajetórias de vida diferenciadas, marcadas pelas desigualdades sociais, regionais ou raciais, e que as crenças e imagens negativas sobre o envelhecimento foram construídas culturalmente e repassadas entre as gerações.

O estudo mostrou que as diferentes representações sociais e concepções da sociedade sobre a velhice estruturadas e institucionalizadas ao longo da história da sociedade ocidental, resultaram em estereótipos e preconceitos relacionados à idade, caracterizando a pessoa idosa como frágil e dependente, o que se reproduz até hoje em vários setores da sociedade, inclusive no ambiente acadêmico, trazendo consequências aos estudantes idosos, tais como, o isolamento e o sentimento de não pertencimento ao espaço universitário, de forma a comprometer a autonomia, a independência e uma senescência ativa.

Por outro lado, demonstra que as representações contemporâneas sobre a velhice relacionadas ao envelhecimento ativo podem interferir nas atitudes e comportamentos, de forma positiva, e como tal possuem a função de exercer influências significativas nas mudanças que se pretende nas relações intergeracionais entre estudantes universitários.

O material bibliográfico analisado permitiu constatar, ainda, que o grande desafio para o enfrentamento do etarismo nas universidades encontra-se nos cursos de graduação e pós-graduação, considerando o crescente aumento do número de idosos matriculados e a existência de poucas políticas de inclusão e integração de alunos idosos nesses cursos.

O estudo evidencia que o maior impasse desse desafio é a necessidade de uma transformação cultural da sociedade, o que exige a união de esforços da sociedade, do poder público e das instituições públicas e privadas de Educação Superior, no sentido de promover uma verdadeira mudança na mentalidade da população e em relação às decisões políticas sobre o envelhecimento.

Não obstante os avanços em termos de inserção do idoso no contexto social e acadêmico, pelo movimento do envelhecimento ativo e com a criação das Universidades Abertas da Terceira Idade, infere-se que o presente artigo possa contribuir para o debate sobre a imprescindibilidade de políticas públicas de incentivo a uma cultura de inclusão de estudantes idosos nos cursos de graduação e pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ALFANO, B. Número de idosos em universidades subiu quase 50% entre 2015 e 2019 no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1-2, out. 2021 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/numero-de-idosos-em-universidades-subiu-quase-50-entre-2015-2019-no-brasil-25234153>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 23 jul. 2023.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3012>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/53502/TD_89.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 19 jul. 2023.

CERQUEIRA, M.; REAL, F. Existe etarismo na USP? **Jornal do Campus**, São Paulo, p. 1-2, maio 2023. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2023/05/existe-etarismo-na-usp/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

COUTO, M. C. P.; MARQUES, S. Atitudes em relação ao envelhecimento: vamos falar sobre o idadismo. In: FALCÃO, D. V. S.; ARAÚJO, L. F.; PEDROSO, J. S. (org.). **Velhices: temas emergentes nos contextos psicossocial e familiar**. Campinas: Alínea, 2016.

DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Tribunal de Justiça. **Quem nunca?** reflexões sobre o preconceito em razão da idade. Brasília, DF: TJDF, 2022.

DÓREA, E. L. **Idadismo: um mal universal pouco percebido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2020.

FREITAS, M. C.; QUEIROZ, T. A.; SOUSA, J. A. V. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 407-412, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/pVX7LsgkVwcD9p8gkLkdhbT/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GONÇALVES, E.; BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. **Evolução e Envelhecimento Humano**. São Paulo: Editora Érica, 2014.

GUERRA, A. C.; CALDAS, C. P. Dificuldades e recompensas no processo de envelhecimento: a percepção do sujeito idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2931-2940, 2010.

MORAES, L. Número de estudantes com 40 anos ou mais em universidades quase triplicou no Brasil. **JC Enem e Educação**, Recife, p. 1-2, mar. 2023. Disponível em:

<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2023/03/15200246-etarismo-numero-de-estudantes-com-40-anos-ou-mais-em-universidades-quase-triplicou-no-brasil.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/96153944/moscovici-representacoes-sociais-w2003#>. Acesso em: 21 jul. 2023.

OLIVEIRA, A. C. **A velhice conectada e suas representações na publicidade em vídeo brasileira**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-21022019-144906/publico/AmandaCristinadeOliveira.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

OLIVEIRA, R. C. S. A pesquisa sobre o idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 35, n. 1, p. 79-87, 31 jan. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/18288>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Discriminação por idade é um desafio global, afirma relatório da ONU**. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/122677-discriminação-por-idade-é-um-desafio-global-afirma-relatório-da-onu>. Acesso em: 10 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre o Idadismo**: Campanha Mundial sobre o Idadismo. Brasília, DF: OMS, 2022. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/55872/9789275724453_por.pdf?sequence=1&isAllowed=yde. Acesso em: 23 jul. 2023.

RODRIGUES, L. Contingente de idosos residentes no Brasil aumenta 39,8% em 9 anos. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/contingente-de-idosos-residentes-no-brasil-aumenta-398-em-9-anos>. Acesso em: 17 jul. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Assessoria de Comunicação. **UNB aprova Política do Envelhecer Saudável, Participativo e Cidadão**. Brasília, DF: Asscom, 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/6338-unb-aprova-politica-do-envelhecer-saudavel-participativo-e-cidadao>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ZANUTTO, D. M. L.; RIBEIRO, D. M. G. **Ageísmo e estereótipos da velhice**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.